

Rumo à OCDE

A formalização do apoio dos EUA ao ingresso do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) dá tração à candidatura do País. Com a eventual entrada, cruzaremos muitas pontes no mercado internacional. Mas antes é preciso construí-las. Fundada no pós-guerra para estimular o progresso econômico e o comércio mundial, a OCDE tem hoje 36 países-membros, que respondem por mais de 70% do PIB mundial. Juntos, buscam soluções para problemas comuns, compartilham boas práticas e coordenam regulamentos nacionais e internacionais.

Os Estados Unidos custeiam quase 1/4 do orçamento e seu apoio é decisivo. Em troca dele, o governo brasileiro renunciou ao tratamento diferenciado concedido a países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio, perdendo vantagens nas transações com países desenvolvidos. Foi um custo alto – e desnecessário. O ingresso na OCDE era já um caminho natural. Em 1996, o País se tornou membro do Comitê do Aço, e depois de outros. A adesão aos acordos anticorrupção possibilitaria à Operação Lava Jato o acesso às contas de investigados no exterior. Em 2013, malgrado o ranço ideológico petista com o “clube dos ricos”, o Brasil se tornou “parceiro-chave” e, em 2015, pactuou um programa de

trabalho para se alinhar aos princípios e diretrizes do grupo, via trocas de informações e avaliações da gestão pública em setores como educação, turismo, comércio, infraestrutura, ciência e tecnologia.

O ingresso na OCDE confere um “selo de qualidade” para investidores e facilita acordos internacionais. O Brasil passaria a ser o maior país em desenvolvimento no grupo, o único dos Brics, podendo assumir um protagonismo considerável no debate sobre políticas comuns e na formulação de marcos regulatórios.

Dos 245 institutos legais demandados pela OCDE, o País já aderiu a 70, mais do que qualquer candidato. Outros 65 estão em processo de análise e, segundo a Casa Civil, 72 já estão adequados e prontos para serem encaminhados. Dos 7 instrumentos obrigatórios, já incorporamos 4. Dois estão em negociação e um em fase de esclarecimentos. Uma vez que o Conselho aprove o processo de adesão, os 23 comitês da OCDE realizarão um mapeamento das nossas políticas públicas e legislação nas mais diversas áreas, apontando as adequações necessárias.

Aqui se abrem as oportunidades e desafios. Nossos órgãos governamentais precisarão se alinhar às práticas regulatórias do grupo, demonstrando que promovem um ambiente de negócios seguro, aberto e competitivo, bem como equilíbrio fiscal; transparência nas contas públicas; estabilidade jurídica;

políticas de inovação tecnológica; combate à corrupção; infraestrutura; investimentos sociais e ambientais, além de outras boas práticas.

As maiores dificuldades se darão no campo tributário e na governança pública. No indicador da OCDE que mede as restrições de cada país ao investimento estrangeiro direto, o Brasil tem uma pontuação de 0,094 – abaixo de uns poucos países-membros, mas acima da média de 0,066. Somos considerados um país difícil para se fazer negócios, devido aos regulamentos tributários intrincados, além de certas idiosincrasias, para não dizer anomalias em comparação com os padrões internacionais de tarifação e de regulação de preços.

Ante nossos escândalos de corrupção, os avaliadores da OCDE hão de levantar mais de uma sobranceira, e ao aferir a probidade com que nossa administração pública custodia o dinheiro dos contribuintes, pensarão duas vezes antes de pensar em lhe dar o selo como parceiro ou investidores.

Não será um convencimento fácil. Mas, se a corrupção atingiu um patamar inédito, a repressão a ela também. As reformas em pauta, sobretudo a tributária, convergem para as diretrizes da OCDE. De resto, a mera cooperação com os seus quadros técnicos já modernizará nossa inteligência sobre a máquina pública. O melhor de se conquistar um selo de qualidade é que antes do selo precisamos conquistar a qualidade.

Desinformação e má-fé

Entre os diferentes argumentos que o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, têm invocado para justificar a escalada de críticas que dirigem às universidades públicas, especialmente no que se refere ao seu sistema de financiamento, duas merecem destaque. A primeira crítica é no sentido de que as instituições beneficiadas pela autonomia financeira não conseguem usar essa prerrogativa para administrá-las de modo responsável e competente. A segunda crítica é que elas não estariam produzindo pesquisas científicas.

Os fatos, no entanto, mostram a improcedência dessas duas críticas, que primam mais por seu caráter político e ideológico do que por estarem fundamentadas em dados estatísticos. Nesse sentido, basta ver relatórios publicados por órgãos públicos e análises elaboradas com base em dados oficiais por entidades da área de ensino e pesquisa, sobre cuja veracidade não pairam dúvidas.

O caso mais ilustrativo é o da Universidade de São Paulo (USP). Desde 1989, quando passou a gozar de autonomia administrativa e financeira, juntamente com a Unicamp e a Unesp, seus indicadores de produtividade apresentaram ganhos significativos. Segundo o último número da revista *Pesquisa*, editada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entre 1989 e

2017, o número de funcionários da USP caiu de 35.167 para 27.593 – uma queda de 22%. O número de professores também diminuiu. Passou de 11.065 para 10.914 – uma diminuição de 1,4%.

No mesmo período, o número de alunos matriculados nos cursos de graduação da USP pulou de 57.055 para 118.920 – um aumento de 108%. Na pós-graduação a elevação foi ainda maior: passou de 23.270 para 69.533 – uma variação positiva de 199%. Por fim, o número de mestres formados passou de 1.571 em 1989 para 6.311 em 2017 – um aumento de 302%. E o número de doutores pulou de 767 para 5.302 – ou seja, cresceu 591%. Os indicadores de produtividade da Unicamp são tão expressivos quanto os da USP.

Esses dados comprovam que nem o presidente da República nem o ministro da Educação sabem do que falam quando criticam a autonomia universitária. O mesmo pode ser dito com relação à produção de pesquisas científicas.

Ao contrário da afirmação de ambos, de que as universidades públicas seriam improdutivas, das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos cinco anos, 36 são universidades federais, 7 são universidades estaduais e apenas uma é particular. As cinco instituições restantes – Embrapa, Fiocruz, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – também são públicas. Só na USP, o número de publicações científicas passou de 1.064 para 17.175, entre 1989 e 2017 – um crescimento de 1.514%. Juntas, a USP, a Unicamp e a Unesp produziram 80 mil trabalhos científicos nos últimos cinco anos, sendo seguidas no ranking pela UFRJ, UFRGS, UFMG, Unifesp, UFRPR e UFSC.

Divulgadas pelo *Jornal da USP* no final de abril, todas essas informações são da base Web of Science e foram compiladas pela Clarivate Analytics, empresa especializada em pesquisas acadêmicas e registro de patentes. Com base nos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2018, divulgados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a mesma reportagem também revela que mais de 80% dos pesquisadores do País estão nas universidades e que mais de 8,5 mil pós-doutorandos se dedicam exclusivamente à pesquisa científica.

Evidentemente, o financiamento do ensino superior público é caro e os recursos são escassos. Mas isso não permite que o presidente da República e o ministro da Educação acussem as universidades públicas de serem improdutivas e desqualifiquem a importância da autonomia universitária. Acusações como essas, que são desmentidas pelos fatos, não revelam só desinformação. Revelam, igualmente, má-fé.

Fó JTE = ESTADO DE SP
DATA = 15/06/19
PG = A-3



José Aparecido Da Silva

Professor Visitante da UFJF (MG)
jadsilva@usp.br

Cérebro, Cognição e Comportamento (10)

Religião, não sendo, exatamente, somente algo adicionado a nossa vida pessoal, trabalho, sim, na organização e perpetuação de uma determinada ordem social. Relembrando Voltaire, para quem "Se Deus não existisse, Ele teria de ser inventado", a sociedade não se manteria agregada se as pessoas não tivessem algum conjunto central de crenças que as mantivesse próximas, unidas e funcionais em um grupo social, o qual, tal como um todo orgânico, representasse muito mais que um agregado de indivíduos auto-interessados.

Não obstante, Religião não tem uma face exclusivamente positiva. Em seu nome, um bilhão de pessoas, aproximadamente, têm sido mortas ao longo da História. Ao que Daniel Dennett sugere que muitos religiosos são mais leais à fé do que a Deus. Neste contexto, a emergência da Neuroteologia, a saber, Neurociência Espiritual, campo de investigação científico-multidisciplinar, incorporador de conhecimentos da Psicologia, Religião, Espiritualidade e Neurociência, reside em sua busca por compreender a relação entre o cérebro humano e a religião. Usando várias técnicas de exploração da estrutura e funcionamento do cérebro, pesquisadores têm procurado determinar quais áreas cerebrais são mais ativas no momento em que as pessoas experienciam uma profunda conexão com o divino. A questão, portanto, sendo "Há um lugar para Deus no cérebro", ou, "Há Deus no cérebro?". Estudos sobre os mecanismos neurais buscando revelar, portanto, o que acontece no cérebro quando pessoas experienciam o despertar místico durante o orar, o meditar, bem como, durante o envolvimento espontâneo inspirado pelo fervor religioso.

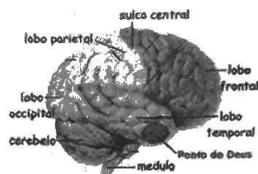
Ao longo dos últimos dez anos, sugerindo que várias são as regiões e sistemas cerebrais que mediam aspectos da experiência religiosa e espiritual, o que as tornam complexas e multifacetadas, envolvendo mudanças na percepção, cognição e emoção, pesquisadores afirmam que tais experiências místicas envolvem muitas partes cerebrais, mas que, nelas, nenhum correlato neural

específico parece existir para as experiências religiosas e espirituais. Em outras palavras, "Não existe, precisamente, um lugar único, por mais simples que seja, no cérebro, designado ser Deus no ser". O que, em geral, eles encontraram? Foi o fato de várias regiões cerebrais mostrarem atividade aumentada, indicando o papel importante das mesmas nas experiências religiosas, tais como, o córtex pré-frontal, os lobos parietais, o gânglio basal e o sistema límbico. Importa ressaltar, entretanto, que, esses resultados são, apenas, correlacionais por natureza, nada revelando sobre as relações causais. Ainda que as experiências religiosas e espirituais sejam associadas com mudanças em atividades cerebrais regionais, não é claro se essas mudanças causavam aquelas experiências ou se respondiam às mesmas.

Neuroteólogos, baseados em instrumentos da moderna Neurociência, e analisando a experiência religiosa e espiritual durante a oração e a meditação, têm concebido que: (1ª) a experiência religiosa surge da atividade neural emanando de uma seção específica do cérebro, a lóbulo-temporal, ainda que muitas outras áreas cerebrais da complexa rede neural também se mostrem bases biológicas da espiritualidade; (2ª) esses esforços para revelar os correlatos neurais do divino têm fomentado uma nova disciplina, a Neuroteologia ou Neurociência Espiritual que, não apenas, tentam reconciliar Religião e Ciência, mas, também, ajuda a apontar as maneiras de eliciar sentimentos prazerosos em pessoas que não têm tido a oportunidade de tê-los.

Assim, achar uma fonte cerebral para a experiência espiritual pode servir, igualmente bem, para identificar o meio pelo qual Deus alcança a Humanidade. A Ciência, na verdade, dá-nos uma grande razão para nisso acreditar.

O PONTO DEUS NO CÉREBRO



- Os cientistas descobriram (95), que temos um "Ponto Deus" no cérebro.
- Uma área nos lobos temporais que nos faz buscar um significado e valores para nossas vidas.
- É uma área ligada à experiência espiritual.
- Ela pode ser ativada pela oração, meditação e contemplação
- (cf. Inteligência Espiritual – Danah Zohar – Ed. Viva-livros)

Fonte = TRIBUNA
DATA = 17/06/19
Pg = A-2

Fonte = TRIBUNA

DATA = 18/06/19

PG = B-6

Supera

Mais de que um celeiro de boas ideias, Ribeirão Preto tem se destacado como um território inovativo no estado de São Paulo. Isso porque a cidade, historicamente, está no ranking das empresas que mais receberam verbas do programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Nos últimos 20 anos, a cidade teve mais de 100 projetos contemplados pelo programa, gerando novas tecnologias e oportunidades em diferentes áreas como saúde, biotecnologia, agronegócio e tecnologia da informação.



USP.
Instituição paulista é a segunda na região

USP

Brasil deixa topo das universidades da América Latina

PUC chilena assume liderança; especialistas e reitores veem ligação entre corte de verba nos últimos anos e recuo no desempenho

Isabela Palhares

Pela 1.^a vez, o Brasil não lidera o ranking das mais prestigiadas instituições de ensino superior da América Latina. A PUC do Chile alcançou o topo, nos últimos anos ocupado pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade de Campinas (Unicamp). O ranking de reputação acadêmica da revista britânica *Times Higher Education* foi publicado ontem.

Para especialistas e reitores, a perda de capacidade de investimento das instituições públicas no ensino e na pesquisa, em meio à redução orçamentária vivida nos últimos anos, é um dos fatores que pesam na perda de posições no ranking.

A PUC chilena alcançou a liderança, após três anos em terceiro. Segundo o relatório da revista, as universidades chilenas tiveram maior pontuação por terem investido na titulação de professores. A USP permaneceu em 2.^o e a Unicamp caiu do topo para 3.^o. Mas o relatório destaca que as duas instituições melhoraram na pontuação, mas não o suficiente para manter o status anterior. O caso: a PUC do Chile teve melhora mais rápida e mais forte que as paulistas.

A avaliação do THE utiliza informações como número de citações em pesquisa, o nível de internacionalização, o grau de

Tendência é de novas quedas, dizem especialistas

● Especialista em ensino superior da Unicamp, Leandro Tessler diz que a queda de prestígio está associada a menos investimentos. “Estamos caindo nesse e em outros rankings. Infelizmente, a tendência é de piorarmos ainda mais porque até agora os rankings estão captando uma desaceleração da melhora, já que eles trazem o quadro de dois ou três anos atrás.”

Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, também afirma que a tendência é de queda das instituições nos rankings. “A tendência é de que os recursos públicos para o ensino superior não aumentem. É difícil, mas as universidades terão de pensar em alternativas”. /LP.

titulação dos professores, a transferência de conhecimento para a sociedade, dentre outros aspectos – são 13 no total.

Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, diz que a flutuação no ranking é natural e destaca a melhora na pontuação da universidade. Mas diz que a perda de liderança brasileira é um alerta importante. “Para as institui-

ções e o País, porque muitos desses parâmetros de avaliação de fato não temos conseguido melhorar, por causa de restrições orçamentárias. No nosso caso, por exemplo, não conseguimos melhorar a relação professor-estudante”, afirma.

Segundo Knobel, as três universidades paulistas estão com orçamento semelhante ao de dez anos atrás, quando tinham menos cursos e estudantes. A Unicamp, por exemplo, abriu um novo câmpus e tem 2,5 mil alunos a mais que há uma década, mas mantém o mesmo patamar de recursos. “Com essa situação financeira, não temos como fazer investimento agressivo e competitivo em pesquisa e ensino.” USP, Unicamp e Unesp são financiadas por uma cota fixa de 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – o que resulta em perda de receitas em períodos de crise econômica.

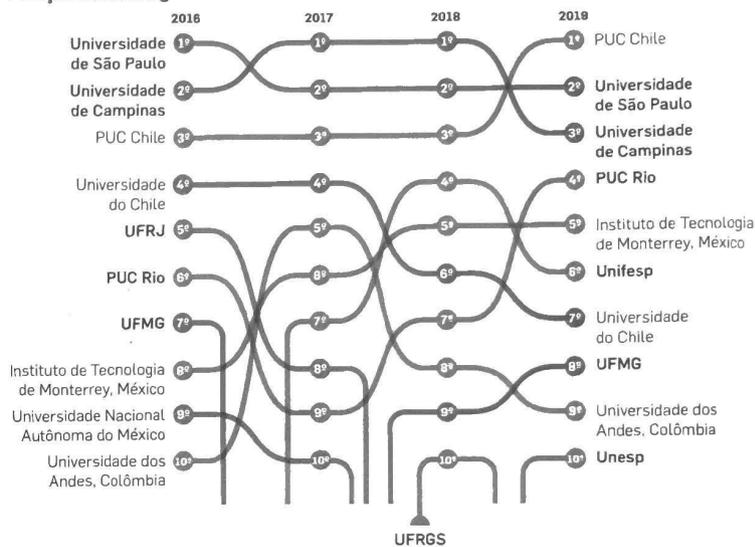
Segundo os dirigentes, outra diferença está no porte das instituições do topo. “Deve-se atentar que as coirmãs que compartilham conosco os primeiros lugares têm tamanho e abrangência menor que a nossa”, diz Vahan Agopyan, reitor da USP. A PUC de Santiago, privada, tem 29 mil alunos. A USP tem mais de 90 mil na graduação e na pós.

Alerta. De 150 instituições do ranking, 52 são brasileiras – país com maior número de classifica-

PRESTÍGIO ACADÊMICO

● Pela primeira vez, País não ocupa o primeiro lugar na região

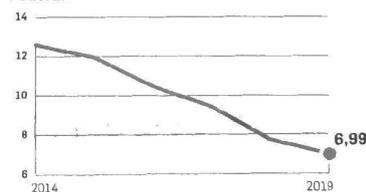
Posição no ranking



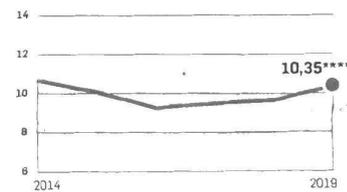
Orçamento das universidades caiu nos últimos anos*

EM BILHÕES DE REAIS

Federais**



Estaduais Paulistas***



*VALORES CORRIGIDOS PELA INFLAÇÃO; **CONSIDERADOS SÓ GASTOS DISCRICIONÁRIOS (CUSTEIO E INVESTIMENTO, SEM O VALOR PARA PAGAMENTO DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS); ***INCLUI FOLHA DE PAGAMENTO; ****VALOR ESTIMADO COM A ARRECAÇÃO PROJETADA PARA 2019

FONTES: THE, MEC, ANDES E GRUPO SP

INFORMAÇÃO ESTADUAL

casadas. Apesar disso, 13 importantes universidades brasileiras caíram no último ano, como as federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Rio (UFRJ), da Bahia (UFBA), de São Carlos (UFSCar), entre outras.

“Esta instituição (Unicamp), bem como várias outras brasileiras, teve menor pontuação por impacto de citações (em pesqui-

zas científicas) este ano, o que sugere que o País deve dar mais atenção à qualidade da pesquisa para evitar queda maior no futuro”, diz o relatório.

Há ao menos dois anos, a THE alerta para a necessidade de mais e melhores investimentos do Brasil em ensino e pesquisa. Na edição anterior, o relatório dizia que “apesar do domí-

nio regional contínuo, a situação econômica brasileira coloca o sistema de ensino superior em posição precária”. Este ano, o bloqueio de verba para as federais, imposto pelo governo Jair Bolsonaro, fez professores e alunos irem às ruas em protesto. O Ministério da Educação (MEC) não se posicionou até as 19 horas de ontem.



José Aparecido Da Silva

Professor Visitante da UFJF (MG)

jdsilva@usp.br

Cérebro, Cognição e Comportamento (11)

Conhecemos vários estereótipos sobre o que acontece à nossa inteligência quando nos movemos da vida adulta ao envelhecimento. Dizem que ficamos mais sábios, que perdemos nossas memórias, que ficamos mais lentos. Mas o que é lenda e o que é verdade? O que, de fato, a pesquisa diz? Uma integração de diversos estudos longitudinais e transversais focando o envelhecimento, e sua relação com o QI, conduzido em diversos países do mundo revela-nos que a inteligência fluida, a habilidade espacial e a velocidade de processamento de informação são vulneráveis aos efeitos do envelhecimento normal, o declínio nos escores médios é rápido e dramático.

Ele começa no meio dos vinte anos e continua, sistematicamente, até alcançar mais que trinta pontos no fim dos oitenta anos. Em termos de valores de QI, em média, o pico é 101 nas idades entre 20-24 anos versus 70 na velha idade. O que a literatura científica mostra é que as habilidades através das quais a inteligência é mensurada, de fato, declina com a idade, e que este declínio é sistemático e após a idade de 30 anos é mais ou menos linear.

Contrastando, a inteligência cristalizada, nosso "estoque" do que foi aprendido ao longo da vida, antes de declinar, é mantida ao longo de quase toda esta até o fim da nossa maturidade, diminuindo, algumas vezes dramaticamente, após a idade de 75 anos. Ao lado disso, a velocidade de processamento parece desempenhar o papel-chave no declínio das habilidades dos adultos ao longo de toda a vida, com a suposição teórica de que o declínio, frequentemente observado, da inteligência fluida é parcialmente causado pelo declínio na rapidez de processamento de informação relacionado com o envelhecimento. Há, também, evidência relevando que habilidade de solucionar problemas declina mesmo quando a velocidade de desempenho não ocorre. Tudo isso leva a crer que a perda da habilidade de solucionar problemas, com o aumento da idade, é um fato da vida. É real.

Não obstante, a habilidade de leitura não declina, significativamente, com a idade, embora as habilidades para a escrita e matemática declinem. Não há declínio significativo nos escores médios da leitura, que meça conhecimento adquirido, mas há um declínio significativo na compreensão de leitura, que requer inteligência fluida para entender as passagens. Estudos do declínio da memória não ficam atrás, independente de quão elevado seja seu QI.

Escrever, ler, participar em palestras, conferências, reuniões e trabalhos voluntários, bem como, usar suas habilidades preservadas para aprender materiais novos e não familiar é a melhor receita para retardar o envelhecimento. Siga-a e verá. E o mais importante: você mesmo pode fazê-la, independente de ser solicitado para tal. Esta "receita" só depende de você, e não tem custo. Os resultados são imediatos.



FONTE = TRIBUNA
DATA = 24/06/19
PG = A-2

ALTO TEOR DE THC

Maconha causa início de surtos psicóticos

Em Ribeirão Preto, o estudo apontou 17 novos casos de surtos psicóticos, por ano, para cada 100 mil habitantes

A maconha usada diariamente aumenta em até três vezes o surgimento de psicoses. Mas se a droga usada tiver alto teor de THC (Tetra-hidrocannabinol) a possibilidade do surto pode aumentar em até nove vezes. Este é o resultado de estudo feito em 17 centros de pesquisas em seis países: Inglaterra, Itália, Holanda França e Espanha. No Brasil, a pesquisa foi organizada pela pesquisadora e professora da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP- USP), Cristina Marta Del Ben.

No Brasil, a primeira etapa do estudo consistiu na identificação de pacientes em primeiro contato com serviço de saúde devido a sintomas psicóticos. Foram incluídas 588 pacientes de ambos os sexos, com idade entre 16 e 64 anos e residentes em cidades da região de Ribeirão Preto. A pesquisa foi realizada entre 2012 e 2015.

Os pesquisadores avaliaram a idade do paciente, se o uso da droga era diário ou não, tempo de uso, tipo da droga, quanto foi gasto com a maconha, entre outros questionamentos. O resultado do estudo internacional mostrou relação entre o uso da droga com o surgimento de psicoses nos casos novos avaliados.

Em Ribeirão Preto, o estudo apontou 17 novos casos de surtos psicóticos, por ano, para cada 100 mil habitantes. Na região, foram 21 novos casos e em São Paulo, capital, 19 casos. "A nossa

hipótese, que precisa ser melhor estudada, deve ter relação com os fatores econômicos. Mas outros fatores podem ter influenciado no resultado", explica a professora sobre a diferença de números entre as regiões.

Em países em que a maconha com alto teor de THC é a mais usada, o número de novos casos de psicose é maior do que em locais em que o uso é baixo. "Em Londres, a incidência foi de 61 novos casos de esquizofrenia para cada 100 mil habitantes. Enquanto em cidades pequenas da Espanha, esse índice foi de 6", explica. Amsterdam e Paris também apresentam números próximos a capital inglesa.

Segundo o estudo se retirassem a maconha em Londres e Amsterdam o índice de casos de esquizofrenia cairia, 30% e 50%, respectivamente. "O estudo mostrou é que se não houvesse a droga com alto grau de TCH, nessas cidades, seria possível reduzir o surgimento de casos novos de psicoses".

Na região de Ribeirão Preto, "o uso de maconha com alto teor de THC foi relatado por apenas uma pequena parcela de participantes do estudo (1,5% dos controles de base populacional e 3,6% dos pacientes). Por outro lado, o uso diário de maconha foi observado em 7,4% dos controles e 25% dos pacientes, o que se refletiu num risco 2,5 vezes maior de ocorrência de psicoses entre os indivíduos

com uso diário de maconha.

"Tendo-se em vista o impacto causado pelas psicoses, a compreensão da etiologia e fatores de risco é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e ações de prevenção, bem como, para a promoção de melhorias da vida daqueles que estão direta ou indiretamente afetados por esses transtornos, por meio de ações terapêuticas mais eficientes", afirma a professora em seu relatório.

Psicoses

Os transtornos psicóticos caracterizam-se, principalmente, pela presença de alterações no pensamento e na senso percepção, que são frequentes, intensas, causam sofrimento significativo e levam a um prejuízo significativo do funcionamento social, ocupacional e de relações interpessoais do indivíduo.

Essas manifestações são comuns na esquizofrenia, mas também podem ocorrer em outros transtornos mentais, como transtornos de humor e transtornos induzidos pelo uso de substâncias psicoativas, entre outros.

Os transtornos psicóticos, também denominados genericamente como psicoses, constituem grave problema de saúde pública, sendo associados a uma perda significativa de anos de vida produtivos, taxas de mortalidade maiores do que aquelas observadas na população geral e enormes custos para o indivíduo e a sociedade.



No Brasil, o estudo ficou sob a responsabilidade da médica Cristina Marta Del Ben, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP

